

## A ESTRUTURAÇÃO DA REPRESENTAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DOS REPRESENTANTES DO COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAQUARI-ANTAS/RS/BRAZIL

**Mara Alini Meier**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil  
[mara.alini@gmail.com](mailto:mara.alini@gmail.com)

**Luís Alberto Basso**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS, Brasil  
[lbasso@terra.com.br](mailto:lbasso@terra.com.br)

### RESUMO

A legislação de recursos hídricos no Brasil prega a gestão participativa das águas por meio dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH). No entanto, surge a questão se a estrutura legal e institucional da gestão participativa se efetiva realmente. Nesse âmbito, tem-se o intuito de analisar como a representação e a representatividade do Comitê de Bacia Hidrográfica Taquari-Antas (CBH TA) veio se estruturando ao longo da sua história, a fim de identificar se a sociedade da bacia hidrográfica (BH) participou efetivamente da gestão das águas. Empregou-se a abordagem metodológica qualitativa e utilizou-se a análise bibliográfica e entrevista semi-estruturada com representantes do CBH TA. Ao longo da história do CBH TA a representação e a representatividade foram alvo de diversas discussões que primaram pela equidade na ação dos diversos atores sociais da BH. No entanto, apresentaram diversos entraves que dificultaram a atuação de toda a sociedade na gestão das águas, o que privilegiou alguns grupos nesse processo. Diante disso, alternativas foram criadas para ultrapassar essas problemáticas e indicar novos horizontes para a gestão participativa das águas.

**Palavras-chave:** Política de Recursos Hídricos; Participação social; Efetividade da gestão de recursos hídricos.

### THE STRUCTURING OF THE REPRESENTATION AND REPRESENTATIVENESS OF THE REPRESENTATIVES OF THE COMMITTEE OF HYDROGRAPHIC BASIN OF TAQUARI RIVER ANTAS/RS/BRAZIL

### ABSTRACT

The legislation of hydric resources in Brazil proclaims the participative management of water by means of Hydrographic Basin Committees (Comitês de Bacia Hidrográfica – CBH). Nevertheless, it appears the question if the legal and institutional structure of the participative management is really effective. In this scope, we have the intention to analyze how the representation and the representativeness of CBH Taquari-Antas (CBH TA) was structuring itself throughout its history, to identify if the society of the hydrographic basin (BH) participated effectively in the management of water. We used the methodological qualitative approach and used the bibliographical analysis and semi-structured interview with representatives of CBH TA. Throughout the history of CBH TA the representation and the representativeness were target of several discussions that prioritized the equity in the action of the several social actors of BH. However, they presented several barriers that made it difficult the action of all this society in the management of water, which privileged some groups in this process. Before this, alternatives were created to trespass these problems and indicate new horizons for the participant management of water.

**Keywords:** Politics of Hydric Resources; Social participation; Effectiveness in the hydric resources.

## INTRODUÇÃO

A grande preocupação com as águas é a sua deterioração quali-quantitativa, que vem aumentando significativamente nas últimas décadas e causando diversos prejuízos (TUNDISI, 2008). Em âmbito internacional e nacional observa-se uma ampla quantidade de debates e discursos que almejam a melhoria quali-quantitativa das águas e sua divisão igualitária entre os seus diferentes usos (CARDOSO, 2003; CUNHA e COELHO, 2003). Diversas leis já foram aprovadas a fim de defender e utilizar racionalmente os recursos hídricos. No Brasil, como no estado do Rio Grande do Sul, está sendo colocada em prática a legislação específica em defesa desse recurso (ANA, 2011) que é precioso ao ambiente, atividades econômicas e sobrevivência humana (BRANCO, 1991; TUNDISI, 2008). Essa legislação prima pela participação social em espaços como o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH). Essa instância foi criada para favorecer a participação da sociedade no processo de negociação e estruturação da gestão dos recursos hídricos em suas respectivas bacias hidrográficas (RS, 1994; BRASIL, 1997; ANA, 2011).

Diante desse cenário questiona-se: a estrutura legal e institucional de caráter participativo criada para a proteção e gestão das águas se efetiva realmente? A sociedade participa desse processo ativamente? Quais os aspectos positivos e negativos que acometem a gestão participativa dos recursos hídricos?

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo analisar como a representação e a representatividade do Comitê de Bacia Hidrográfica Taquari-Antas se estruturou ao longo da sua história, a fim de identificar se a sociedade da bacia hidrográfica (BH) participou efetivamente da gestão das águas.

## METODOLOGIA

A pesquisa baseou-se na abordagem qualitativa, voltada para a pesquisa de estudo de caso. Essa abordagem contribui para dar:

profundidade aos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas. Também oferece um ponto de vista "recente, natural e holístico" dos fenômenos, assim como flexibilidade (SAMPLIERI et al., 2006, p.15).

As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a pesquisa documental e as entrevistas semi-estruturadas com perguntas abertas. A pesquisa documental baseou-se na análise do regimento do CBH, de atas das plenárias do CBH, da lista de presença dos representantes do CBH, dos relatórios do CBH, de documentos provenientes das eleições do CBH e livros referentes à sua história. As entrevistas semi-estruturadas foram realizadas com pessoas que acompanharam a constituição e com os representantes do CBH que participaram desde o primeiro ano de suas atividades.

Após a sua coleta, os dados foram examinados por meio de: análise de conteúdo e análise qualitativa simples. A análise de conteúdo deu origem à extração de trechos de documentos e falas das pessoas entrevistadas. Já a análise quantitativa simples foi utilizada para a criação de tabelas e gráficos. Na sequência, articulou-se os trechos dos discursos, os gráficos e as tabelas a fim de redigir os resultados e definir as conclusões da pesquisa.

## CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A BH TA pertence a região hidrográfica do Guaíba, composta por 118 municípios e localizada no nordeste do estado do RS (Figura 2). O rio Taquari-Antas possui 546 km desde suas nascentes até a sua foz no rio Jacuí. Nos seus 359 km iniciais, da nascente até o encontro com as águas do rio Carreiro, denomina-se rio das Antas. Nos seus últimos 187 km, do rio Carreiro até a sua foz, é chamado de rio Taquari (STE, 2011).

O rio Taquari-Antas flui do Planalto Meridional, em altitudes médias de 880 a 1200 metros de altitude para áreas mais baixas na Depressão Central, com altitudes médias de 20 a 100

metros de altitude (RS, 2007 *apud* BECKER et. al., 2013). A estrutura geológica da BH TA é formada por diversos derrames vulcânicos, composto por rochas ácidas (riodacitos e riolitos) e básicas (basaltos toleíticos e andesi-toleíticos) (SCOPEL et al., 2005).

A BH compreende quatro tipos de vegetação: Floresta de Araucária (36%); Floresta Tropical (28%); Campos do Sul do Brasil (35%); e Floresta Estacional (1%) (STE, 2011). O clima predominante é o temperado úmido (Cfa), caracterizado pela distribuição regular de chuvas durante todo o ano (KÖPPEN, 1936 *apud* PEEL et al., 2007).

Existem dois centros urbanos importantes na BH TA: a) Aglomerado Urbano do Nordeste composto por Caxias do Sul, Bento Gonçalves e Farroupilha; b) Região que compreende Lajeado, Estrela e Santa Cruz do Sul. Em relação às atividades industriais e agropecuárias desenvolvidas, a área da bacia pode ser dividida nas seguintes regiões: região da indústria metal-mecânica (Caxias do Sul); região fumicultora (Santa Cruz do Sul); região de produção de leite e carnes (bovinos, aves, suínos) (Vale do Taquari); região da vitivinicultura (Caxias do Sul e Bento Gonçalves); área de tratamento de couros (espalhada pela BH) (LARENTIS et al., 2003).

A BH possui problemas de quantidade de água devido às estiagens e enchentes (MEIER, 2016). No âmbito qualitativo existem os maiores problemas relacionados aos recursos hídricos, pois a maioria dos seus rios foram classificados em classe 3 e 4 segundo a Resolução do 357/2005 do Conama (STE, 2011).

Conforme a legislação estadual de recursos hídricos, cada BH deve possuir um CBH para tratar de forma participativa das discussões que envolvem a gestão e o gerenciamento das águas. Na BH TA o CBH foi instituído pelo Decreto nº 38.558 de 08/06/98, com a participação da sociedade e entidades principalmente do poder público e instituições de ensino superior. O CBH TA atua há mais de 18 anos e passou por oito gestões (MEIER, 2016).

Figura 2. Localização da Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas.



Fonte: MEIER (2016, p. 121)

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### A REPRESENTAÇÃO E A REPRESENTATIVIDADE DOS REPRESENTANTES DO CBH TA (1998-2016)

De acordo com o regimento, o CBH TA deve ser composto por plenário e diretoria, escolhidos mediante eleição que ocorre a cada dois anos, exceto os representantes do poder público que são indicados para constituir o plenário. Todas as eleições do CBH TA foram consideradas democráticas, pois contaram com a participação e aprovação das entidades participantes desse processo.

Desde o início das atividades do CBH, os representantes preocuparam-se com a composição da diretoria, a fim de que esta contemplasse igualmente a porção alta e baixa da BH, assim como os representantes dos usuários e da população da BH (Figura 3). No entanto, a composição da diretoria esteve formada por apenas quatro entidades diferentes desde a sua criação. Isso demonstra um desânimo ou receio por parte das demais instâncias em fazer parte dessa estrutura.

Figura 3. Representação da presidência do CBH TA.

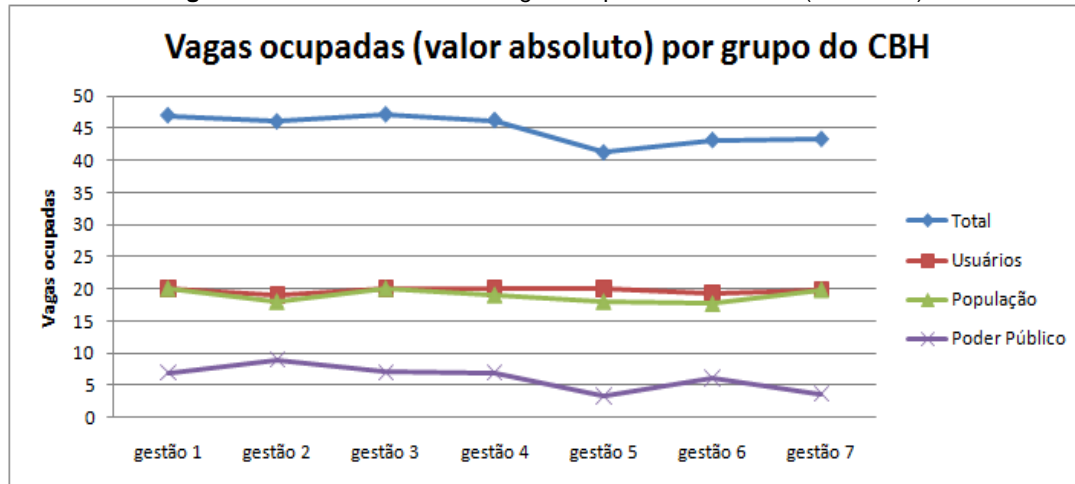
Eleição	Anos	Presidente e Vice-presidente (respectivamente)	Porção da BH	Categoria que representa
1	1998-2001	Universidade de Caxias do Sul	Alta	População
		Câmara Municipal de Vereadores de Encantado	Baixa	População
2	2001-2003	Universidade de Caxias do Sul	Alta	População
		Câmara Municipal de Vereadores de Encantado	Baixa	População
3	2003-2005	Universidade de Caxias do Sul	Alta	População
		Câmara Municipal de Vereadores de Encantado	Baixa	População
4	2005-2007	Associação Comercial e Industrial de Encantado	Baixa	Usuário
		Universidade de Caxias do Sul	Alta	População
5	2007-2009	Universidade de Caxias do Sul	Alta	População
		Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia (Certel Energia)	Baixa	Usuário
6	2010-2012	Universidade de Caxias do Sul	Alta	População
		Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia (Certel Energia)	Baixa	Usuário
7	2012-2015	Universidade de Caxias do Sul	Alta	População
		Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia (Certel Energia)	Baixa	Usuário
8	2015-2017	Cooperativa de Distribuição de Energia Teutônia (Certel Energia)	Baixa	Usuário
		Universidade de Caxias do Sul	Alta	População

Fonte: MEIER (2016, p. 138-139)

O CBH TA possui um plenário dividido em três grupos: população da BH, usuários da água e poder público. No total existem 50 vagas para membros titulares, sendo que 40% delas são para a população da BH; 40% para os usuários da água; e 20% para o poder público (RS, 2009). Quando se compara a composição do CBH TA com a legislação nacional e estadual de recursos hídricos, percebe-se que a quantidade de vagas disponíveis no CBH é compatível com a legislação. Diante disso, a representação da sociedade na gestão dos recursos hídricos está sendo garantida nesse espaço participativo. No entanto, ao se averiguar as vagas que se

encontram preenchidas, observa-se que em nenhuma gestão todas elas tinham representantes. Os usuários da água foi o grupo que ocupou quase a totalidade das suas vagas. O segmento da população da BH e do poder público foram os que menos completaram as suas vagas (Figura 4).

**Figura 4.** Número absoluto de vagas ocupadas no CBH TA (em média).



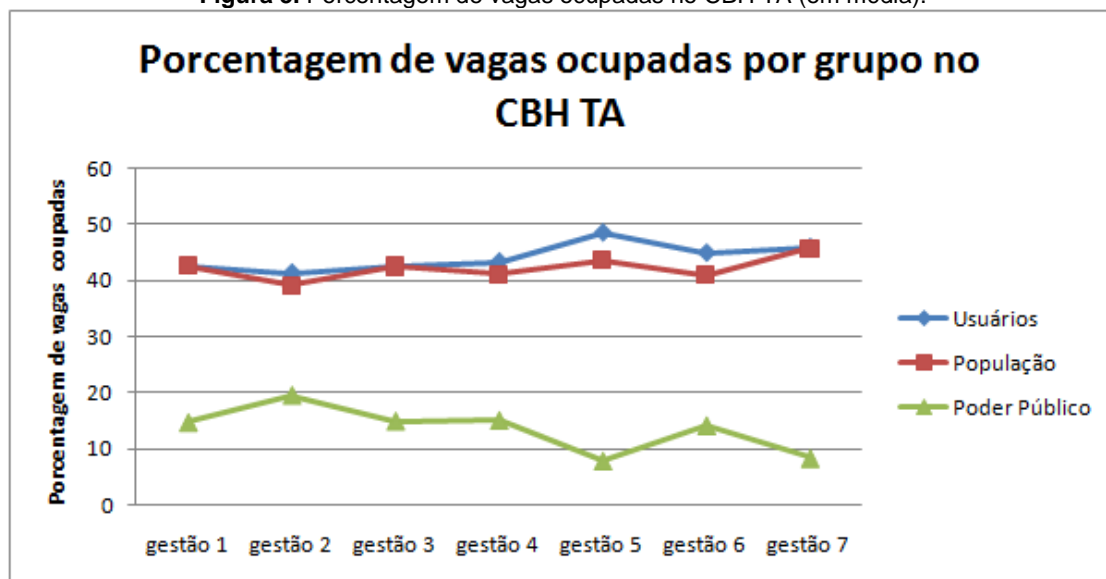
Fonte: MEIER (2016, p.142)

Nos primeiros anos do CBH TA ocorreram diversas ações voltadas para incentivar as entidades da BH para participarem das eleições do CBH e preencher todas as vagas existentes, em especial do poder público. Essas ações foram importantes para divulgar a existência do CBH e levar mais entidades para as discussões nesse espaço participativo.

Essas atividades contribuíram para uma maior ocupação das vagas por membros, pois obteve-se mais de 90% das vagas preenchidas entre as gestões um e quatro. A gestão cinco caracterizou-se por um rebaixamento na ocupação das vagas, principalmente do poder público, que foi retomada na gestão seis.

Ao observar a Figura 5, verifica-se que na prática não houve equidade na representação dos três grupos do CBH TA. O grupo dos usuários da água e o da população da BH encontram-se acima dos 40%, enquanto o poder público está abaixo dos 20% (com exceção da gestão dois). Isto é resultado da ocupação desigual das vagas disponíveis para cada segmento do CBH.

**Figura 5.** Porcentagem de vagas ocupadas no CBH TA (em média).



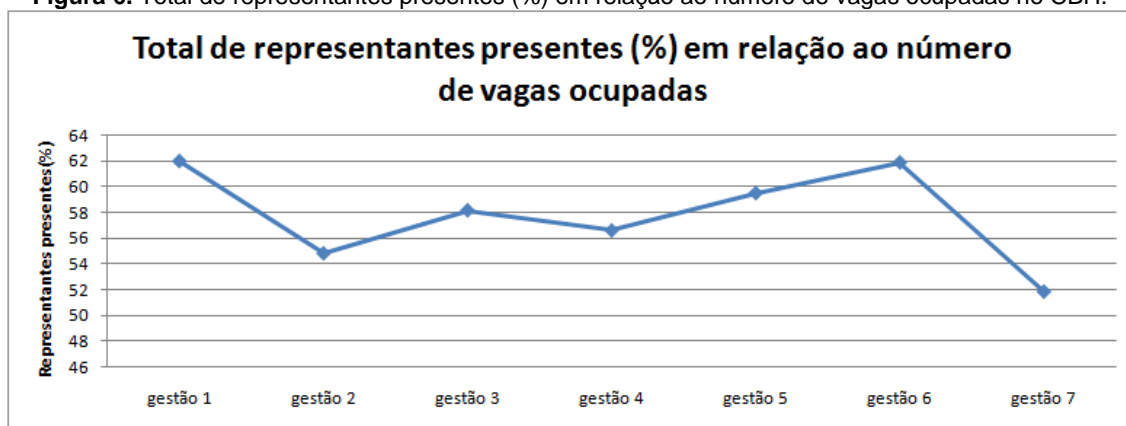
Fonte: MEIER (2016, p.144)

Diante desse cenário, pode-se afirmar que os usuários são aqueles que possuem maior influência sobre as decisões e a gestão das águas na BH, enquanto a população da BH encontra-se em segundo plano nesse processo. Já o poder público tem uma atuação fraca no CBH TA ou quase inexistente. Para que haja maior equilíbrio nessa representação é necessário que todas as vagas estejam ocupadas e que os representantes se façam presentes e ativos nas reuniões e discussões no CBH TA.

Além da ocupação das vagas, as presenças dos representantes no CBH TA também tiveram momentos mais e menos expressivos. A maior presença dos representantes ocorreu na gestão um e seis (Figura 6). Isso ocorreu porque o processo de constituição do CBH TA gerou interesse das diversas entidades em preencher as vagas existentes e houve engajamento dos representantes para estarem presentes nas reuniões da gestão um. Na gestão seis procedeu-se a construção do Plano de BH, produto considerado fundamental para a definição dos rumos da gestão das águas da BH TA, o qual impulsionou uma maior presença dos representantes. Pelo contrário, nas gestões dois e sete houve redução nas presenças em função da frustração dos representantes e entidades com as orientações das atividades do CBH TA.

Soma-se a isso, a expressiva falta de representantes nas reuniões do CBH TA na gestão sete, que levou a falta de quórum das plenárias, o que prejudicou as atividades do CBH. Essa situação foi consequência da redução dos assuntos e decisões tomadas após o fim da elaboração do Plano de BH. Isso por sua vez, desmobilizou os representantes e suas entidades, diminuindo a sua participação e presença nesse espaço participativo.

**Figura 6.** Total de representantes presentes (%) em relação ao número de vagas ocupadas no CBH.

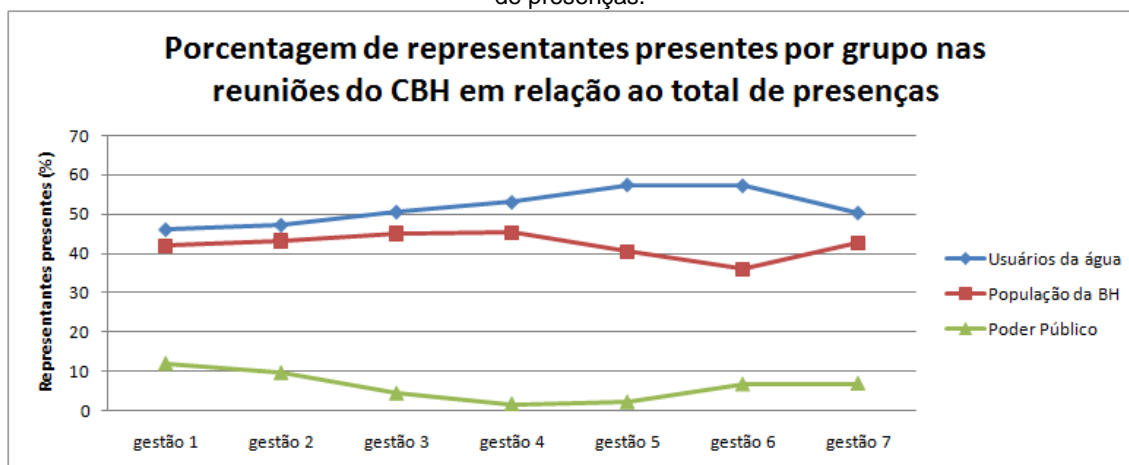


Fonte: MEIER (2016, p. 145)

Desde a criação do CBH TA os usuários da água sempre foram a maioria presente nas reuniões: em torno de 52%. Enquanto isso, a população da BH e o poder público estiveram pouco presentes nos encontros, respectivamente 42% e 6%. Ao observar a Figura 7, conclui-se que os usuários da água foi o grupo que maior atuação teve na construção do Plano de BH (gestão seis), pois estiveram em maior número quando da discussão do documento e, assim, tiveram maior peso na tomada de decisões.



**Figura 7.** Porcentagem de representantes presentes por grupo nas reuniões do CBH em relação ao total de presenças.



Fonte: MEIER (2016, p.146)

A dificuldade dos representantes em compreender o que é a representatividade foi considerada por eles como um problema à atuação do CBH. Diante disso, o CBH TA realizou reuniões, capacitações e intervenções para elucidar aspectos cruciais à representatividade dos representantes para que eles compreendessem melhor o seu papel nesse espaço participativo. Todavia, esse assunto foi pouco abordado dentro do CBH, discutido na gestão dois e sete. Na gestão dois foi necessário que os representantes discernissem qual a sua função e a importância da sua participação nesse espaço. Na gestão sete, com a constante falta de quórum, foi preciso ressaltar a importância da representação e da representatividade dos representantes nessa instância participativa.

#### **PERSPECTIVAS À REPRESENTAÇÃO E À REPRESENTATIVIDADE SOCIAL DO CBH TA**

É importante ressaltar que a legislação de recursos hídricos no estado do RS está apenas iniciando sua implementação e de forma muito tímida, mesmo tendo sido criada há mais de 20 anos. Se a legislação não for colocada em prática nunca se saberá se ela será o suficientemente eficiente para melhorar a gestão dos recursos hídricos gaúchos. E, mesmo sem a efetivação de todos os instrumentos e entidades do SERH, existem grupos de indivíduos ligados aos CBHs que já defendem uma possível reformulação da lei.

A solução para essa contenda não é reformular ou mesmo alterar a base da gestão e do gerenciamento dos recursos hídricos no estado, mas sim finalizar a sua implementação e fortalecer os dispositivos já existentes. Para atingir esse objetivo, deve-se partir da base de toda essa estrutura que são os CBHs e os Planos de BH. Por isso, enfatiza-se a necessidade de que todos os grupos pertencentes ao CBH TA construam uma representação e representatividade capaz de garantir os interesses da sociedade. Para que isso ocorra é preciso que se conheça os principais entraves que freiam essas instâncias.

Verificou-se que o CBH TA é composto por três importantes segmentos que delineiam a dinâmica da BH. Dentre eles, os usuários são o único segmento que tem, de fato, garantido a sua representação e representatividade nessa instância participativa. Já os demais segmentos encontram-se em segundo plano dentro do CBH. Diante disso, constata-se que a participação da sociedade em sua totalidade não está assegurada nesse espaço de participação na gestão das águas.

Como perspectiva vislumbra-se a necessidade urgente de incentivar os outros dois segmentos a garantirem a sua representação e representatividade. Se isso não for feito, corre-se o risco de que os CBHs mascarem as necessidades da sociedade da BH e assim se tornem ineficientes, levando a sua decadência e, até mesmo, ao encerramento de suas atividades. A atual situação do CBH TA parece estar se encaminhando para esse desfecho.



Ao longo da história do CBH TA o primeiro entrave à representação foi a dificuldade de garantir o preenchimento das suas vagas. Resolver esse problema implica em melhorar a divulgação da existência do CBH e das eleições de seus representantes. Não se consegue preencher as vagas se as entidades não conhecem tal instância ou não sabem dos trâmites e calendário das eleições. Em suma, é muito importante e necessário que haja a disseminação de informações, que devem se alastrar pelos municípios da BH, através dos diversos veículos de comunicação e pela ação dos representantes do CBH.

A difusão das informações pode ocorrer através de programas de televisão, rádio e internet. Desse modo, é possível atingir os diversos públicos, desde as classes mais altas até as mais baixas, os jovens até os idosos, etc. Soma-se a isso, a ação dos representantes como disseminadores de informações, pois são eles os responsáveis por entrar em contato com os seus representados e, por sua vez, com a sociedade de maneira mais abrangente. No entanto, eles não se percebem como responsáveis por essa atuação, o que leva a crer que esse é um dos principais motivos pelo qual a sociedade desconhece e pouco participa do CBH.

No entanto, alguns representantes afirmam que essas informações estão sendo fornecidas aos seus representados e a sociedade. Parte-se então para uma segunda questão. O problema não se resolve apenas com informação, mas com a sensibilização para a participação no CBH e a construção de um senso crítico para a conservação das águas da BH. A sensibilização e o aprimoramento da criticidade só serão concretizados se a população conhecer a realidade da BH, em especial, os problemas de quali-quantidade das águas e como os mesmos interferem no seu cotidiano. Esse objetivo pode ser alcançado mediante o desenvolvimento de programas de Educação Ambiental (EA), que de maneira formal ou informal abrange um público amplo. Destaca-se novamente, o papel dos representantes como promotores da EA nas diferentes localidades da BH.

Uma das maneiras de conhecer a realidade da BH é mediante o Plano de BH, que em sua primeira fase trata do diagnóstico e prognóstico das águas da BH. Nota-se que nesse contexto, o CBH TA encontra-se em um momento privilegiado, pois essa etapa do PBH está completa. Para que esse conhecimento chegue à sociedade é necessário desenvolver a EA. No entanto, para que ela seja significativa e profícua é preciso desenvolvê-la dentro de uma abordagem crítica e em molde construtivista, para que não seja meramente informativa.

A EA desenvolvida na BH TA vem ocorrendo de maneira esparsa, composta por atividades apenas informativas ou pontuais, sendo que o CBH não é o protagonista na sua realização, pois apenas apóia as ações desenvolvidas por outras entidades. Para que a EA tenha êxito é necessário criar um programa para a BH que seja organizada e gerenciada pelo CBH TA, isto é, criar um programa centralizado de EA no CBH TA, mas aplicado de forma descentralizada na BH pelos representantes do CBH e entidades presentes na BH a fim de contemplar as diferentes realidades vivenciadas pela população.

Se a sensibilização da sociedade atingir seus propósitos, será possível mobilizar e levar para as eleições do CBH TA entidades das mais variadas categorias da população da BH. Desse modo, resolve-se em parte os problemas que cercam a participação desse segmento no CBH.

Quanto ao grupo do poder público, as informações, a sensibilização e a construção de um senso crítico terá que ultrapassar as fronteiras da BH já que em sua maioria esses representantes não atuam diretamente nessa porção espacial. Nesse contexto, surge a questão de como atingir esse público. Para resolver esse problema é necessário desenvolver um trabalho direto com as entidades e o seu pessoal de forma integrada.

Soma-se ao aspecto já citado, a necessidade de que o segmento do poder público enxergue o CBH TA como uma instância estratégica para o desenvolvimento de suas atividades. Somente quando as ações do CBH afetarem a dinâmica de funcionamento das repartições públicas é que se incitará a efetiva participação e a busca por uma representação e representatividade sólidas desse segmento. Isso só é possível se os usuários da água e a população da BH pressionarem o poder público quanto à implementação das decisões e ações propostas pelo CBH, emanadas de suas discussões e do Plano de BH.

Essa será uma etapa difícil de se concretizar, pois para que os segmentos dos usuários e população possam pressionar o poder público é necessário que esses segmentos sejam fortes e

possuam uma representação e representatividade consolidadas. Essa questão ainda não foi resolvida pelo grupo da população da BH e, ao que parece, encontra-se distante de uma resolução.

O CBH TA apresenta como segundo entrave para a consolidação da representação a dificuldade de garantir as presenças e a participação dos representantes dos grupos da população e do poder público. Para solucionar tal questão, é necessário que o CBH seja um espaço atraente aos diferentes representantes, isto é, capaz de promover discussões de fatos instigantes. Além disso, as discussões devem focar a definição de ações efetivas que serão realmente implantadas na BH.

Historicamente a baixa nas presenças do CBH TA deveu-se a sua apatia, pois tornou-se demasiadamente discursivo e propôs poucas intervenções na BH, sendo que quase nada foi efetivamente posto em prática. Cabe aqui ressaltar que, conforme a legislação de recursos hídricos estadual, o CBH não tem como atribuição implantar ações na BH, mas apenas acompanhar a sua implementação. Esse é outro aspecto delicado, pois a aplicação das ações e decisões foge ao alcance do CBH, o que o faz depender de outras instâncias. Essas instâncias pertencem na maioria das vezes ao poder público, grupo que está menos presente no CBH. Soma-se a isso, a falta de pressão do CBH e de seus membros sobre os órgãos responsáveis pela aplicação das ações, o que por sua vez dificulta a efetivação de propostas.

Um dos argumentos apresentados pelo segmento do poder público para a não efetivação das ações propostas pelo CBH é não saber o que é decidido ou discutido nessa instância, pois as informações não chegam até ele. Nesse contexto, surgem alguns questionamentos: porque esse segmento não envia e garante a representação de seus representantes nessa instância participativa a fim de que levem para as suas instituições e seus representados as discussões empreendidas nesse espaço? Os representantes não deveriam ser os difusores dessas informações as suas entidades? Dessa maneira, o próprio segmento deve responsabilizar-se pelo acompanhamento das discussões e não apenas esperar que as informações 'apareçam' em seus gabinetes. É preciso que cada segmento deixe de ser passivo e passe a ser pró-ativo dentro do CBH para que se dinamizem as suas atividades.

A situação apresentada se configura como algo estratégico. Isso porque o poder público ao esvaziar o seu segmento no CBH TA se exime de conhecer e de se responsabilizar pela efetivação das ações propostas para a BH pelo CBH. Assim, também, evita de ser pressionado diretamente pelos demais representantes na aplicação das mesmas. Por isso, é difícil de solucionar os problemas relacionados à concretização das ações na BH.

Outro aspecto não resolvido junto aos representantes, entidades e representados é a responsabilidade de cada uma dessas instâncias na busca pelo fortalecimento da representatividade. A representatividade só se concretiza quando os representantes possuem uma relação estreita com suas entidades, as demais entidades do grupo e categorias (as representadas e as não representadas no CBH TA) e seus representados (base mais ampla). Essa relação estreita deve ocorrer mediante fluxo de informações e ideias entre a base e os representantes, sendo que isso não ocorre no CBH TA.

A solução para esse problema depende da disponibilização de informações, desenvolvimento de capacitações e, sobretudo, pela co-responsabilização entre os diferentes sujeitos de cada grupo e categorias do CBH. As responsabilidades não devem recair apenas sobre os representantes, mas também sobre as entidades e representados. As entidades e os representados devem ser estimulados para que se interessem, colaborem e exijam uma atuação efetiva dos representantes. Importante ressaltar que o fortalecimento da representatividade não depende apenas dos representantes, mas também de suas bases mais amplas.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A estrutura legal de representação do CBH TA permite a igualdade na atuação e gestão dos recursos hídricos pelos diversos segmentos que compõem a sociedade da BH. Contudo, essa estrutura não se efetivou adequadamente durante os 18 anos de existência do CBH TA, pois nem todos os segmentos ocuparam o seu espaço dentro dessa instância. Entre os segmentos, foram os usuários da água que estiveram melhor representados, pois ocuparam o seu espaço dentro do CBH, o que gerou maior influência sobre as decisões e sobre os rumos da gestão

dos recursos hídricos. Já o segmento do poder público e população da BH não completaram o espaço destinado a eles, o que resultou em menor capacidade de intervenção e poder no processo de negociação e tomada de decisões nesse espaço participativo.

Diante desse cenário conclui-se que a representação e a representatividade dos diversos segmentos da sociedade da BH não foi igualitária ao longo da história do CBH TA, pois o grupo dos usuários da água teve maior influência sobre os rumos da gestão dos recursos hídricos. Diante disso, diversas propostas e alternativas foram criadas para que se fortaleça a representação e a representatividade dos segmentos do CBH, mas elas precisam ser postas em prática para que se alcance esse objetivo.

## AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por concessão de bolsa de doutorado à Mara Alini Meier.

## REFERÊNCIAS

- ANA - Agência Nacional de Águas. **O comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz?** Cadernos de capacitação em Recursos Hídricos. Brasília: SAG, 2011.
- BECKER, F. G. et al. Fishes of the Taquari-Antas river basin (Patos Lagoon basin), southern Brazil. **Brazilian journal of Biology**, v.73, n.1, p.79-90, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1519-69842013000100010>
- BRANCO, S. M. A água e o homem. In: BRANCO, S. M. et al. **Hidrologia ambiental**. São Paulo: Editora da USP, ABRH, 1991. Coleção ABRH de recursos hídricos, v.3, 414p.
- BRASIL. **Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2016.
- CARDOSO, M. L. de M. **A democracia das águas na sua prática: o caso dos comitês de bacia hidrográfica de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Rio de Janeiro: UFRJ. 2003.
- CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. A política e gestão ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. **A questão ambiental: Diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003. p.43-79.
- LARENTIS, D. et al. Modelo de qualidade de água para planejamento em grandes bacias. In: XV Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Curitiba: ABRH, 2003.
- MEIER, M. A. **A representação e a representatividade social do Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Taquari-Antas/RS**. Tese (Doutorado em Geografia). Porto Alegre: UFRGS. 2016. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/151326/001011372.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 mar. 2017.
- PEEL, M. C. et al. Updated world map of the Köppen-Geiger climate classification. **Hydrol. Earth Syst. Sci.**, v. 11, p. 1633-1644, 2007. Disponível em:<<https://doi.org/10.5194/hess-11-1633-2007>>. Acesso em: 14 dez. 2016.
- RS - Rio Grande do Sul. **Lei n. 10.350, de 30 de dezembro de 1994**. Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos. Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 out. 2016.
- \_\_\_\_\_. **Resolução nº 57/09, de 05 de maio de 2009**. Institui o regimento interno do comitê de bacia hidrográfica do rio Taquari-Antas. Disponível em: <<http://www.taquariantas.com.br/site/home/pagina/id/16>>. Acesso em 03 jan. 2016.
- SAMPIERI, R. H. et al. **Metodologia de pesquisa**. 3ª ed. McGraw-Hill, 2006.
- SCOPEL, R. M. et al. Caracterização hidrogeoquímica de água subterrânea em área de influência de futuras instalações de usinas hidrelétricas – bacia hidrográfica do rio Taquari-

Antas/RS/Brasil. **Química Nova**, v.28, n.3, 2005, p.383-392. <https://doi.org/10.1590/S0100-40422005000300004>

STE - STE Serviços Técnicos de Engenharia S.A. **Relatório Técnico 01 do Plano de Bacia Hidrográfica do Taquari Antas Fases A e B**. 2011. Disponível em: <<http://www.taquariantas.com.br/site/home/pagina/id/35>>. Acesso em: 07 maio 2016.

TUNDISI, J. G. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, p.7-16, 2008. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200002>